



Câmara Municipal de São Gonçalo

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001-CMSG/2020, DE 29/12/2020

EDITAL RETIFICADOR N.º 03

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO-RJ**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Constituição Federal; na Lei Orgânica Municipal; nas Leis nº. 939/2019 e 1166/2020, e, no que couber, na Lei nº 050/1991, e suas alterações, e na legislação citada nos itens abaixo, torna público o **Edital Retificador nº 03 ao Edital nº 001-CMSG/2020**, contendo as normas, rotinas e procedimentos que regem o Concurso Público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal Efetivo da **Câmara Municipal de São Gonçalo-RJ**.

Onde se lê:

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA PROVA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

Cargos: Agente de Segurança Legislativa, Assistente Legislativo, Assistente Técnico Legislativo, Assistente Técnico Legislativo – Área: Fotografia, Assistente Técnico Legislativo – Área: Inspetor de Segurança, Assistente Técnico Legislativo – Área: Sonorização, Assistente Técnico Legislativo – Área: Web Designer.

Conhecimentos Específicos

Disciplina Específica de acordo com a Habilitação

Assistente Técnico Legislativo – Área: Inspetor de Segurança

Direito Administrativo: 1. Regime jurídico administrativo: princípios básicos do Direito Administrativo, princípios fundamentais constitucionais expressos e implícitos da Administração Pública. 2. Organização da Administração: administração direta e indireta; conceito e características; autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista. 3. Atos administrativos: conceito, características e requisitos; elementos; mérito do ato administrativo; atributos do ato administrativo; classificação dos atos administrativos; espécies de atos administrativos; desfazimento do ato administrativo e suas formas de invalidação; convalidação dos atos administrativos; vinculação e discricionariedade. 4. Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso de poder; poder regulamentar, poder de polícia administrativa; poder hierárquico e poder disciplinar. 5. Agentes públicos: classificação dos agentes públicos; organização do serviço público; regimes jurídicos funcionais; órgãos públicos; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; poder disciplinar administrativo dos servidores públicos; sindicância e processo administrativo; estatuto dos funcionários públicos (Lei Municipal nº 94/1979). 6. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; controle exercido pela Administração sobre seus próprios atos: recursos administrativos (legalidade objetiva, oficialidade, informalismo, verdade material, contraditório e ampla defesa); controle legislativo e controle pelos tribunais de contas, fiscalização contábil, financeira e orçamentária na CF/88; controle jurisdicional: meios constitucionais de controle jurisdicional; controle de mérito e de legalidade.

Direito Constitucional. 1. Constituição. Conceito. Classificação. 2. Princípios fundamentais da Constituição da República: princípios constitucionais, princípios do Estado Brasileiro, princípio democrático e garantia dos direitos fundamentais. 3. Direitos e deveres individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social, direitos constitucionais dos presos e outros. 4. Direitos sociais. 5. Direito da nacionalidade. 6. Direito da cidadania. 7. Garantias constitucionais individuais. Garantias constitucionais dos direitos coletivos, sociais e políticos. 8. Organização do Estado e dos Poderes. Organização político-administrativa da União, dos Estados Federados e dos Municípios. Repartição de competências. 9. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e ao servidor público. 10. Organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. 11. Controle parlamentar e jurisdicional.

Direito Penal - 1. Normas penais relativas ao servidor público: dos crimes contra a fazenda pública; dos crimes contra as finanças públicas. 2. Lei de Improbidade Administrativa.

Primeiros Socorros - 1. Sinais vitais. 2. Estados de consciência. 3. Traumas abertos e fechados. 4. Sangramentos e hemorragias. 5. Fraturas e traumas músculo - esqueléticos. 6. Parada cardio respiratória. 7. Queimaduras. 8. Corpos estranhos. 9. Traumatismo crânio-encefálico. 10. Intoxicação exógena. 11. Crises convulsivas. 12. Acidentes



Câmara Municipal de São Gonçalo

com animais peçonhentos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA PROVA OBJETIVA - NÍVEL SUPERIOR

Cargos: Analista Legislativo, Analista Legislativo - Especialidade: Administração - Análise Organizacional e Gestão Pública, Analista Legislativo - Especialidade: Arquiteto, Analista Legislativo - Especialidade: Arquivologia, Analista Legislativo - Especialidade: Auditor Interno, Analista Legislativo - Especialidade: Biblioteconomia, Analista Legislativo - Especialidade: Contabilidade, Analista Legislativo - Especialidade: Direito e Advogado, Analista Legislativo - Especialidade: Enfermagem, Analista Legislativo - Especialidade: Engenheiro Civil, Analista Legislativo - Especialidade: Medicina, Analista Legislativo - Especialidade: Orçamento e Finanças, Analista Legislativo - Especialidade: Redação e Revisão, Analista Legislativo - Especialidade: Tecnologia da Informação - Adm. de Serv., Consultor Legislativo, Consultor Legislativo - Área: Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação, Consultor Legislativo - Área: Direito, Consultor Legislativo - Área: Educação e Cultura, Consultor Legislativo - Área: Finanças e Orçamento, Consultor Legislativo - Área: Indústria Comércio e

Conhecimentos Específicos (disciplina específica, de acordo com a habilitação descrita abaixo):

Analista Legislativo – Especialidade: Arquivologia

1. Conceitos: arquivos (origem, histórico, função, classificação e princípios). Os documentos arquivísticos: suas características, natureza, gênero e tipologia. Documentos arquivísticos digitais: definição, forma fixa, conteúdo estável, identidade e integridade. Diplomática: origem, objeto e conceitos; análise diplomática e análise tipológica. Noções de administração de arquivos e serviços de arquivo. Terminologia arquivística. Preservação e conservação preventiva. **2.** Legislação: Lei nº 5.433, de 08/05/1968 - Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; Lei nº 8.159, de 08/01/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências (e decretos regulamentares); Lei nº 12.682, de 09/07/2012 - Dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meio eletromagnético; Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 - Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências; Decreto nº 1.799, de 30/01/1996 - Regulamenta a Lei nº 5.433, de 08/05/1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências; Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados, o acesso aos documentos públicos municipais e dá outras providências. **3.** Gestão de documentos: conceitos, objetivos, fases da gestão e ciclo de vida dos documentos; programas de gestão de documentos. Protocolo e sistemas de registro. Classificação: conceitos, princípios, métodos e instrumentos. Avaliação, seleção e destinação de documentos: conceitos, objetivos, instrumentos e procedimentos de destinação (eliminação, transferência e recolhimento). Gestão arquivística de documentos digitais: e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos; procedimentos do sistema de gestão arquivística de documentos digitais e convencionais (captura; avaliação, temporalidade e destinação; pesquisa, localização e apresentação; segurança e armazenamento) e metadados. Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED. Gestão arquivística de correio eletrônico. **4.** Arquivos permanentes: conceitos. Arranjo e descrição. Princípios e modelos de arranjo. Normas nacionais e internacionais. Instrumentos de pesquisa. **5.** Acesso em: usos e usuários dos arquivos. Promoção dos arquivos. Classificação de documentos quanto ao grau de sigilo. **6.** Arquivos e tecnologia: certificação digital. Digitalização. Microfilmagem. Preservação digital: cadeia de preservação, custodiador confiável, requisitos para apoiar a presunção de autenticidade, requisitos para apoiar a produção de cópias autênticas. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos.

Analista Legislativo – Especialidade: Orçamento e Finanças

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - O orçamento público: história, evolução e natureza jurídica. Constituição Federal: Título III, Capítulos II a VI, Título IV, Títulos VI a VIII, ADCT. Princípios orçamentários. Receita pública: conceito, classificações, etapas, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificações, etapas. Orçamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base-zero: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório. O ciclo orçamentário ampliado: PPA, LDO e LOA. Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea. Planejamento na Constituição. Integração planejamento-orçamento. Plano Plurianual: caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos. A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. Processo Legislativo orçamentário: Emendamento, discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. Ciclos legislativos orçamentários. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro Título V – da Tributação Municipal da Receita e Despesa e do Orçamento, Capítulo III. Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. Execução orçamentária e financeira. Descentralização orçamentária e financeira. Transferências constitucionais, legais e voluntárias. Legislação sobre o tema. Decreto 6.170/2007 e suas alterações. Portaria Interministerial 507/2011 e suas alterações. Créditos adicionais. Controle e avaliação da execução orçamentária. Restos a pagar. Reabertura de créditos orçamentários. Superávit financeiro. Apuração dos resultados fiscais nas



Câmara Municipal de São Gonçalo

leis orçamentárias: riscos fiscais, metas fiscais, margem de expansão das despesas obrigatórias, resultado primário. Lei de Responsabilidade Fiscal: relatório de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN; resultado nominal, resultado primário, receita corrente líquida, Despesa de pessoal, despesas de caráter continuado, regra de ouro, alienação de bens, operações de créditos e outros limites e condições da lei. Transferências voluntárias; dívida e endividamento; reserva de contingência; contingenciamento de dotações; gestão patrimonial; transparência, controle e fiscalização; limites constitucionais de gastos com ensino, saúde e legislativo. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Analista Legislativo – Especialidade: Redação e Revisão

1. Texto legislativo. **1.1** Leitura, compreensão, redação e revisão do texto legislativo. **1.2** Aspectos formais da norma legislativa. **1.3** Competência para elaboração da norma. **1.4** Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **1.5** Aspectos legais da norma legislativa. **1.6** Pesquisa legislativa. **1.7** Aspectos formais e materiais das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). **2.** Redação e revisão de discursos. **2.1** Aspectos técnicos e jurídicos. **3.** Redação e revisão de atas de sessões plenárias, de audiências públicas e de reuniões das comissões permanentes e temporárias. **3.1** Ordem do dia e seu acompanhamento. **3.2** Correção, clareza, precisão, concisão. **3.3** Métodos indutivo e dedutivo; indução. **3.4** Maniqueísmo. **3.5** Sofismas. **3.6** Estilística. **3.7** Dialética. **3.8** Ética na elaboração do texto. **4.** Os âmbitos da argumentação. **4.1** Orador e auditório. **4.2** Persuadir e convencer. **4.3** Os efeitos da argumentação. **4.4** O gênero epidíctico. **4.5.** O ponto de partida da argumentação. **4.6** A interpretação do discurso e seus problemas. **4.7.** As técnicas argumentativas. **5.** Noções de Linguística. **5.1** Noções de teoria do signo linguístico. **5.2** Linguagem, língua e fala. **5.3** Significante e significado; significação. **5.4** Arbitrariedade e motivação; linearidade. **5.5** Referente, referência, representação, sentido. **5.6** Denotação e conotação. **5.7** A teoria da enunciação e a produção do texto escrito. **5.8** Enunciação e enunciado. **6.** Ética profissional. **7.** O processo legislativo. **7.1** Comissões permanentes e temporárias. **8.** Organização político administrativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **9.** O Poder Legislativo Municipal. **10.** Sociedade, ordem social e ordem jurídica. **11.** O Município.

Consultor Legislativo

Direito Penal e Direito Processual Penal - Direito Penal: Princípios aplicáveis ao Direito Penal. Interpretação da Lei Penal. Analogia. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. Crime: classificação, espécies e teorias. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade, superveniência de causa independente e relevância da omissão. Do crime consumado e tentado. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Dos crimes dolosos, culposos e preterdolosos. Agravamento pelo resultado. Erro: espécie de erros e consequências. Concurso de pessoas. Ilcitude. Causas de exclusão da ilcitude. Culpabilidade: teorias, elementos e causas de exclusão. Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução. Medidas de segurança. Concurso de crimes. Efeitos da condenação. Ação Penal. Causas de extinção da punibilidade. Crimes em espécie: contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública. Lei nº 8.072/1990. Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura). Lei nº 12.850/13 (crime organizado). Lei nº 9.503/97 (crimes de trânsito). Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas). Lei nº 4.898/65 (abuso de autoridade). Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento). Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Direito Processual Penal: princípios processuais penais. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. Do Processo em Geral. Aplicação e interpretação da lei processual penal. Do inquérito policial. Da Ação Penal. Denúncia e queixa. Ações penais públicas e privadas e suas características. Atos processuais – forma, lugar, tempo (prazos e respectiva contagem). Citações, notificações e intimações. Mandados. Competência – conceito, competência (por distribuição, conexão, continência, compensação, suspeição, prevenção – hipóteses de ocorrência). Foro por prerrogativa de função. Competência dos Tribunais Superiores. Questões e Processos Incidentes. Da Prova. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Impedimentos e suspeições. Prisões, medidas cautelares e liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89). Despachos, decisões e sentença. Dos processos em espécie: procedimento comum, procedimento de processos de competência do Tribunal do Júri, procedimento previsto na Lei nº 11.340/06, procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 e procedimento previsto na Lei nº 11.343/06. Processo e Julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Das nulidades e recursos em geral. Ações autônomas. Habeas corpus – conceito, espécies, distribuição no horário de expediente e no plantão. Revisão criminal. Execução. Lei nº 12.850/13.

Consultor Legislativo – Área: Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação

1. Ciência e Tecnologia. **1.1.** Política nacional de ciência e tecnologia. **1.2.** Desenvolvimento e organização institucional do setor no Brasil. **1.2.1.** Órgãos federais e estaduais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. **1.2.2.** Planejamento e gestão em ciência e tecnologia: modelos e paradigmas. **1.3.** Financiamento da ciência e tecnologia no Brasil: investimentos diretos públicos e privados, incentivos fiscais e fundos setoriais. **1.4.** Programas e ações governamentais em energia nuclear, biotecnologia, química e mecânica finas, microeletrônica, pesquisa e tecnologia espaciais, tecnologia industrial, novos materiais e outros setores estratégicos. **1.5.** Política de formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. **1.6.** Programas de apoio à inventividade e à criatividade. **1.6.1.** Política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente



Câmara Municipal de São Gonçalo

produtivo.1.6.2. Programas e ações de promoção da inovação tecnológica: cooperação universidade-empresa, incubadoras de empresas. 1.7. Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia num ambiente de globalização. 1.7.1. Planos nacionais de pós-graduação. 1.7.2. Pesquisa científica em instituições de ensino superior. 1.7.3. Propriedade industrial e intelectual. 1.8. Mecanismos internacionais de transferência de tecnologia, investimentos em C&T realizados por países industrializados e por países da América Latina. 1.9. Progresso tecnológico e expansão econômica. 1.10 Acordos de cooperação científica e tecnológica com outros países e com organismos internacionais. 1.11. Princípios e conceitos éticos em ciência e tecnologia. 1.12. Desenvolvimento científico e tecnológico na perspectiva de satisfação das necessidades sociais. 1.13. Plano Diretor de informática. Planejamento Estratégico. 2. Tecnologias e Internet. 2.1. Tecnologias da Informação. 2.2. Internet X Intranet X Extranet X VPN. 2.2.1. Estrutura de Governança global da Internet: Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN, World Summit on the Information Society – WSIS, Internet Governance Forum – IGF, União Internacional de Telecomunicações – UIT. 2.2.2. Organização da Internet no Brasil. 2.2.3. Aspectos jurídicos: princípios de governança, classificação dos serviços, direitos e obrigações dos provedores e usuários. 2.2.4. Aspectos institucionais: Comitê Gestor da Internet no Brasil e órgãos auxiliares. 2.2.5. Políticas públicas propostas: o marco civil da Internet, fomento à inovação tecnológica. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2.2.6. Exploração. 2.2.7. Infraestrutura para provimento de acesso: cenário atual. 2.2.8. Estrutura do mercado. 2.2.9. Demanda. 2.2.10. Principais serviços e tecnologias. 2.2.11. Financiamento. 2.2.12. Temas Gerais. 2.2.13. Neutralidade de rede. 2.2.14. Comércio eletrônico. 2.2.15. Propriedade intelectual e Direito Autoral. 2.2.16. Segurança. 2.2.17. Tributação e o Sistema Público de Escrituração Digital. 2.2.18. Crimes. 2.2.19. Outsourcing. 2.2.20. Redes Sociais. 2.2.21. Wikis. 2.2.22. Política e Eleições. 2.3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). 2.3.1. A economia das funções estruturantes das TIC (armazenamento, processamento e transporte da informação). 2.3.2. Princípios de Governança de TI (custo de propriedade, desempenho, segurança, interoperabilidade, usabilidade, etc.). 2.3.3. Gestão de TI. 2.3.4. Desenvolvimento e padronização: processo e fóruns nacionais de padronização e participação brasileira nos fóruns globais; principais obstáculos à inovação em TICs e os desafios da escala e do acesso ao mercado externo; a utilização do mercado interno de TIC nas negociações comerciais com outros países. 2.3.5. Tecnologias dominantes e principais tendências: cloud computing, IPTV, VoIP, SaaS, FTTx, certificação digital, e-gov, e-commerce, e-learning, mobile payment, Gestão Eletrônica de Documentos (GED), entre outras. 2.3.6. Web2.0 e Web 3.0. 2.3.7. W3C 3. Comunicações. 3.1. As comunicações na ordem constitucional: radiodifusão, telecomunicações e mídia Comunicações. 3.2. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). 3.3. Ordenamento legal. 3.3.1. Lei 4.117, de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). 3.3.2. Lei 8.389, de 1991 (Lei do Conselho de Comunicação Social). 3.3.3. Lei 8.977, de 1995 (Lei de TV a Cabo). 3.3.4. Emenda Constitucional 8, de 1995. 3.3.5. Lei 9.472, de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações). 3.3.6. Lei 9.612, de 1998 (Lei de Radiodifusão Comunitária). 3.3.7. Lei 10.610, de 2002 (Lei da Participação do Capital Estrangeiro na Radiodifusão e na Mídia Impressa). 3.3.8. Lei 11.652, de 2008 (Lei da Empresa Brasil de Comunicação). 3.3.9. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 3.4. Ordenamento infralegal. 3.4.1. Decreto 5.820, de 2006 (TV Digital). 3.4.2. Decreto 6.654, de 2008 (Plano Geral de Outorgas). 3.4.3. Decreto 7.175, de 2010 (Plano Nacional de Banda Larga). 3.4.4. Decreto 7.512, de 2011 (Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo comutado prestado no Regime Público - PGMU). 3.4.5. Regulamentação específica dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações. 3.5. Fundos Setoriais. 3.5.1. Organização e arrecadação dos fundos setoriais. 3.6. Ordenamento legal. 3.6.1. Lei 5.070, de 1966 (FISTEL). 3.6.2. Lei 9.998, de 2000 (FUST). 3.6.3. Lei 10.052, de 2000 (FUNTEL). 3.7. Legislação comparada: Europa e Estados Unidos. 3.8 Audiovisual. 3.8.1. Políticas do audiovisual no Brasil: histórico e cenário atual. 3.8.2. Organização institucional. 3.8.2.1. Ministério da Cultura. 3.8.2.2. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). 3.8.3. Ordenamento legal. 3.8.3.1. Medida Provisória 2.228-1, de 2001 (MP da Ancine). 3.8.3.2. Lei 11.437, de 2006 (Lei que altera a destinação da Condecine). 3.8.3.3. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 4. Informática. Conceitos. 4.1. Hardware X Software. Grid Computing. Cloud Computing. DataCenter. 4.1.1 Sistemas Operacionais Windows e Linux 4.2 Redes de Computadores. 4.3. MSOffice 2010/2013/2016/2019 BR. 4.4. Sistemas de Informação. 4.5. Bancos de Dados. 4.6. Teoria da Computação X Estruturas de Dados X Programação X Linguagens X Ambientes de Desenvolvimento. 4.7. Projeto, Análise e Desenvolvimento de Sistemas X Metodologias. 4.8. Auditoria de Sistemas. 4.9. Gerência de Projetos. 4.9.1 Governança de TI. 4.9.2 PMI/PMBOK. 4.9.3. CobiT. 4.9.4. ITIL. 4.10. Qualidade de Software. 4.11. Sistemas de Apoio à Decisão. 4.12. ERP. 4.13. Inteligência Artificial. 4.14. Segurança da informação, de dados, de sistemas, de equipamentos, de redes e da internet. 4.15. Engenharia de Software. 4.16. Infraestrutura de TI e Sistemas de Suporte. 4.17. Gerenciamento de dados, texto e documentos. 4.18. Gerenciamento e Mobilidade de Redes. 4.19. Sistemas de Informação Corporativos. 4.20. Business Intelligence e Suporte à Decisão. 4.21. Sistema de Planejamento e Controle Operacionais. 4.22. Gestão de Processos de Negócio e Desenvolvimento de Sistemas. 4.23. Como as empresas usam os sistemas de informação. 4.24. Ecologia Global, Ética e Responsabilidade Social. 4.25. Conquistando Vantagem Competitiva com os Sistemas de Informação. 4.26. Fundamentos da Inteligência de Negócios: Gerenciamento da Informação e de Banco de Dados. 4.27. Telecomunicações, Internet e Tecnologia



Câmara Municipal de São Gonçalo

sem fio. 4.28. Principais Aplicações de Sistemas para a era Digital: Aplicativos integra- dos e comércio eletrônico. 4.29. Tomada de Decisão e a Gestão do Conhecimento. 4.30. Como desenvolver e ge- renciar Sistemas de Informação. 4.31. Computação Gráfica. 5. Legislação. 5.1. Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (Normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências) e atualizações posteriores.6. Constituição da República Federativa do Brasil: TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL, CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO GE- RAL (art. 193), CAPÍTULO IV - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (arts. 218 e 219), CAPÍTULO V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (arts. 220 a 224).

Consultor Legislativo – Área: Educação e Cultura

I- Educação 1. Fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos da educação. 1.1 Evolução da edu- cação escolar brasileira. 1.2 O pensamento educacional e pedagógico brasileiro. 2 A educação como direito de todos e dever do Estado e da família. 2.1 Educação escolar obrigatória. 2.2 Normas nacionais e federais sobre educação. 3. Níveis, etapas e modalidades de ensino: estrutura e funcionamento. 3.1 Educação infantil. 3.2 Ensino fundamental. 3.3 Ensino médio. 3.4 Educação de jovens e adultos. 3.5 Educação superior. 3.6 Educação profissional. 3.7 Educação especial. 3.8 Educação indígena. 3.9 Educação afro-brasileira. 3.10 Educação a distância e tecnologias educacionais. 3.11 Educação no campo 4. Legislação e Planejamento educacional. 4.1 O Plano Nacional de Educa- ção. 4.2 Políticas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 4.3 Interseções das políticas de educação federal, estadual e municipal 5. Políticas de qualificação da educação. 5.1 Financiamento. 5.2 Sistemas de avaliação da educação básica e da educação superior. 6. Questões contemporâneas da educação brasileira. 6.1 Educação e diversidade. 6.2. Educação em tempo integral. 6.3 Formação inicial e continuada dos profissionais da educação: saberes, tempos e lugares. 6.4 Remuneração dos profissionais da educação. 6.5 Violên- cia nas escolas. II- Cultura 1. Cultura. 1.1. Cultura, bens, valores e patrimônio cultural. 1.1.1. Bens culturais materiais e imateriais. 1.1.2. Registro e ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. 1.1.3. Formas de expressão cultural. 1.1.4. Desenvolvimento cultural. 1.1.5. Exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacio- nal. 1.1.6. Multiculturalismo e identidade nacional. 1.1.7. Preservação e proteção de culturas populares. 1.1.8. Pro- moção do patrimônio cultural brasileiro. 1.1.9. Produção cultural e conhecimento cultural. 1.2. Proteção de docu- mentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos. 1.2.1. Sítios arqueológicos. 1.2.2. Bibliotecas, arquivos e museus. 1.2.3. Tombamento de do- cumentos e sítios históricos. 1.2.4. Danos e ameaças ao patrimônio cultural. 1.2.5. Defesa contra evasão, destruição e descaracterização dos patrimônios histórico, cultural, artístico e científico. 1.2.6. Gestão da documentação go- vernamental. 1.2.7. Patrimônio artístico, científico, histórico, arquitetônico, geográfico, arqueológico, paleontoló- gico e espeleológico. 1.2.8. Cavidades naturais. 1.2.9. Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. 1.2.10. Conjuntos urbanos e sítios. 1.3 Instituições culturais. 1.3.1. Organização administrativa do sistema de cultura. 1.3.2. Política cultural e ações governamentais. 1.3.3. Normas gerais sobre cultura. 1.3.4. Competência legislativa da União, dos Estados e do Distrito Federal. 1.3.5. Sistema Nacional de Cultura (SNC). Plano Nacional de Cultura. 1.3.6. Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. 1.4. Incentivo à produção e ao conhecimento de bens e valores culturais. 1.4.1. Incentivo fiscal às atividades cultu- rais. 1.4.2. Incentivos e apoio à cultura. 1.4.3. Apoio a projetos e atividades culturais. 1.4.4. Políticas de valorização da diversidade étnica e cultural. 1.4.5. Política Nacional de Museus. 1.4.6. Incentivo à Cultura no Estado e Município do Rio de Janeiro. 1.5. Criações artísticas. 1.5.1. Criações científicas, artísticas e tecnológicas. 1.5.2. Manifestações artístico-culturais. 1.5.3. Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-cul- turais. 1.6. Fomento à atividade audiovisual.

Consultor Legislativo – Área: Industria Comercio e Turismo

1. Microeconomia. 1.1 Teoria do Consumidor, demanda individual e demanda de mercado. Elasticidades-preço, efeitos renda e substituição. 1.2 Teoria da Firma: função de produção; produtividade média e marginal; lei dos rendimentos decrescentes e rendimentos de escala; custos de produção no curto e longo prazo; custos totais, mé- dios, marginais, fixos e variáveis. 1.3 Estruturas de Mercado. Maximização de lucros e oferta competitiva. Mono- pólio. Oligopólio e escolhas estratégicas. Ponto de equilíbrio da firma no curto e no longo prazo. Falhas de mercado. Regulação e defesa da concorrência 1.4 Aplicações da análise microeconômica em políticas públicas: preço mínimo, impostos e subsídios. Incidência de um imposto e elasticidades-preço da oferta e da demanda. 1.5 Mercado de Trabalho: conceitos, definições, funcionamento e estatísticas básicas para o Brasil. 1.6 Economia industrial. Empre- sas, mercados indústrias, cadeias e complexos industriais. Economia de escala e escopo. Barreiras à entrada. Estra- tégias de inovação. Política industrial. Fontes de informação sobre a indústria brasileira. 1.7 Bens públicos. Exter- nalidades. 1.8 Desigualdade econômica. 2. Macroeconomia. 2.1 Contabilidade social: Noções básicas e contas na- cionais no Brasil. 2.2 Os mercados de bens e financeiros, IS/LM. Oferta e demanda agregada. Economia aberta, regimes cambiais, determinação da renda. Impactos das políticas fiscal e monetária sobre o produto e nível de preço. Comércio internacional. 3. Tópicos de Economia Brasileira: Desenvolvimento brasileiro no pós-guerra: Plano de metas. PAEG. Milagre econômico. II PND. A crise da dívida externa na década de 1980. Planos heterodoxos. Abertura comercial e financeira, privatização e desindexação. Plano Real, estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos. Economia brasileira pós-estabilização. 4. Definição e classificação das atividades econômicas do turismo. Estrutura das Atividades Características do Turismo. 5. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro: Título VI – das Políticas Municipais, Capítulo I – Disposições Gerais (arts. 261 e 262), Seção I – Da Organização Espacial (arts. 263 a 266), Seção II – Da Função Social da Propriedade (arts. 267 a 269), Seção III – Do Processo de Planeja- mento (arts. 270 a 274), Capítulo III – Do Desenvolvimento Econômico, Seção I – Dos Princípios Gerais (arts. 282 a 285), Seção II – Da Indústria, do Comércio e dos Serviços (arts. 286 a 291), Seção III – Do Fomento ao Turismo (arts. 292 a 296), Seção IV – Da Agricultura, da Criação Animal e da Pesca, Subseção I – Disposição Geral (art. 297), Sub-



Câmara Municipal de São Gonçalo

seção II – Da Política para o Setor Agrícola (arts. 298 a 303), Subseção III – Da Política para a Criação Animal (arts. 304 a 307), Subseção IV – Da Política para o Setor Pesqueiro (arts. 308 a 311)

Consultor Legislativo – Área: Meio ambiente.

Noções gerais de Botânica. Biomas. Ecossistemas aquáticos. Poluição e seus efeitos: tipos de poluição; bioindicadores de poluição; Bacia hidrográfica. Qualidade físico-química da água. Comunidades aquáticas. Biodiversidade e Conservação. Impacto sobre os solos, sobre fauna e flora, sobre a água e ar. Noções gerais de Ecologia. Ecologia de Ecossistemas. Problemas ambientais. Avaliação de impacto, medidas mitigadoras, alternativas tecnológicas disponíveis, dimensionamento de sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Medidas mitigadoras para a implantação e operação de sistemas de infraestrutura de saneamento. Educação ambiental. Ecologia florestal. Caracterização ambiental dos biomas brasileiros. Análise de vegetação. Recuperação de áreas degradadas. Desenvolvimento sustentável. Estudo de diversidade. Aspectos legais e institucionais do meio ambiente. Avaliação de impactos ambientais. Programas de reciclagem e minimização da geração de resíduos. Organismos governamentais e legislação ambiental. A Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Política Nacional de Saneamento Básico. Estudo de impactos ambientais (EIA). Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). A legislação Ambiental no Brasil. As Metodologias do EIA/RIMA. O gerenciamento ambiental; zoneamento econômico ecológico, licenciamento e monitoramento. Licenciamento ambiental. Planejamento e gestão ambiental. Sistemas de gestão ambiental. Gestão de Risco Ambiental. Planos diretores de desenvolvimento. Biodiversidade e florestas. Normas e regulamentos dos planos de manejo. Influência das florestas no regime dos rios. Influência e efeitos do manejo de bacias hidrográficas no controle de enchentes. Gestão ambiental. Política e legislação ambiental. Aspectos socioeconômicos e ambientais da ocupação dos biomas fluminenses. Política de desenvolvimento florestal. Zoneamento ambiental. Estudos ambientais: tipos e aplicações. Extensão florestal. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Agenda 21. Planejamento territorial, vocação e uso do solo. Gestão, conservação e manejo de recursos naturais. Gestão e manejo em unidades de conservação. Biopirataria e tráfico de animais silvestres. Gestão de Bacia Hidrográfica. Manejo da água. Hidrologia e hidráulica aplicadas à agricultura. Irrigação e drenagem para fins agrícolas. Controle da poluição; Operações e processos unitários de tratamento de águas residuárias; Tecnologias e sistemas de tratamento de águas residuárias. Planejamento dos recursos naturais; Modelos de gerenciamento de bacias hidrográficas; Fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos; Conceituação dos aspectos legais; Outorga e Cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos; Precificação da água; Sistemas de Suporte a Decisão nos problemas hídricos; Funções de demanda de água; Otimização de usos múltiplos dos recursos hídricos. Desenvolvimento Econômico e Ambiental Relacionado aos Recursos Hídricos; A água como Elemento Mobilizador da Sociedade para Implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos; Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; Aspectos Sociais e Culturais dos Comitês Federais de Bacia Hidrográficas; Cidadania, Meio Ambiente e Recursos Naturais; Atribuições, competências e atuação normativa dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e dos demais órgãos da administração pública federal que atuam na área ambiental. Geoprocessamento. Geoposicionamento. Cartografia. Política Nacional de Meio Ambiente: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental. Política de Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental-Espaços especialmente protegidos. Matriz energética brasileira; Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho; Equipamentos de Proteção Individual – EPI. O ambiente e as doenças do trabalho; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; gestão de Segurança e Saúde do Trabalho; atividades insalubres e perigosas; legislação e normas técnicas de Segurança do Trabalho; Prevenção e Controle de Riscos no Ambiente do Trabalho. Noções sobre manuseio e segurança com produtos químicos e sistemas de gestão de qualidade. Noções básicas de Engenharia Ambiental, Estatística e Normas Técnicas de Legislação Ambiental; Fontes e controle de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos; monitoramento e tecnologias de tratamento; Qualidade da água de reservatórios e rios - características físico-químicas. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas. Tratamento de efluentes industriais. Potencial e limitações do reuso da água. Conflitos entre os principais atores e forças no cenário nacional: grupos econômicos, sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. Acordos internacionais: aspectos técnicos e políticos, posições brasileiras e dos principais atores, situação das negociações. Questões ambientais globais: mudanças climáticas, diversidade biológica, florestas, desertificação, desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e defesa civil. Tecnologias para previsão e prevenção de desastres naturais. Legislação Ambiental: Constituição Federal e Meio Ambiente; Principais leis federais/ estaduais sobre meio ambiente. Normatização: CONAMA e INEA. Legislação Ambiental: Conceitos, Importância e Aplicações. Política Nacional de Meio Ambiente. Crimes Ambientais. Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Aplicações da Lei de Licenciamento Ambiental. Gestão ambiental na Indústria do Petróleo e gás. Conceitos básicos do Código Florestal Brasileiro. Instrumentos e Legislação aplicada à Química Industrial – Camada de Ozônio /Plano Diretor / Zoneamento Industrial / Resíduos Perigosos. Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos – Qualidade da Água/Recursos hídricos/ Qualidade do ar/ Legislação de agrotóxicos/ Legislação da energia nuclear/. Estudo Crítico de Legislação Aplicada à Química Industrial. Legislação e normas administrativas aplicada à engenharia química e aos processos industriais. Responsabilidade Social Corporativa. Ética Social. Gestão Social e Auditorias Sociais. Políticas de desenvolvimento e sustentabilidade. Indicadores de desenvolvimento sustentável (IDH, Dow Jones, Ethos, entre outros). O pacto global. As empresas e a inovação. Sistema ISO/ABNT aplicado à gestão ambiental.

Consultor Legislativo – Área: Obras públicas, infraestrutura e Urbanismo

1. Direito urbanístico: Elementos, princípios e institutos fundamentais. 2. Política urbana da Constituição e competência dos entes federativos: Gestão associada de serviços públicos. Regiões metropolitanas, aglomerações urba-



Câmara Municipal de São Gonçalo

nas e microrregiões. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Função social da propriedade urbana. Plano diretor. Proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. 3. Parcelamento do solo urbano: Con- ceitos de lote e gleba. Áreas de risco. Áreas de proteção permanente em zona urbana. Requisitos urbanísticos e de infraestrutura para loteamento e desmembramento. Elaboração e aprovação de projeto de loteamento e desmem- bramento. Reparcelamento. Abertura de logradouros. Licenciamento em áreas de risco. 4. Diretrizes e instrumen- tos de política urbana: Estatuto da Cidade: Instrumentos de política urbana; Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; Desapropriação; Desapropriação com pagamento em títulos; Usucapião especial de imóvel urbano; Direito de preempção; Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; Operações urbanas consorciadas; Transferência do direito de construir; Estudo de impacto de vizinhança; Plano diretor: conteúdo, obrigatoriedade e processo de elaboração. Desenvolvimento urbano e regional. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro: Política Urbana Ambiental - Princípios e diretrizes; Plano Diretor, Função social da propriedade urbana; Ordenamento Territorial – Uso e ocupação do solo, Macrozoneamento, Ordenação para o Planejamento; Instrumentos da Política Urbana; Políticas Públicas Setoriais; Estratégias de Implementação, Acompanhamento e Controle do Plano Diretor. 5. Regularização fundiária de assen- tamentos urbanos: Projeto de regularização. Regularização de interesse social e de interesse específico. Usucapião urbano. Concessão de direito real de uso. Concessão de uso especial. 6. Acessibilidade urbana de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. 7. Diretrizes nacionais para o saneamento básico: Princípios. Planeja- mento. Titularidade. Aspectos econômicos, sociais e técnicos. Política federal. Prestação regionalizada de serviço. Resíduos sólidos: Diretrizes, planos e responsabilidades. Responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público, coleta seletiva, logística reversa; Diretrizes aplicáveis à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; Planos de resíduos sólidos; Resíduos perigosos. Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Instrumentos Econômicos. Resíduos Sólidos da Construção Civil: classificação, instrumentos, destinação, planos de gerenciamento, diretrizes e procedimento para gestão dos resíduos. Resíduos Sólidos Industriais: gera- dores, inventário nacional de resíduos sólidos industriais. Gestão integrada de resíduos sólidos no Município do Rio de Janeiro: definições, objetivos, instrumentos, princípios e diretrizes, responsabilidades, coleta seletiva, procedimentos diferenciados, instrumentos econômicos e financeiros, proibições. Plano de Gerenciamento de Resí- duos da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro. 9. Política Nacional de Habitação: Sistema e Fundo Naci- onal de Habitação de Interesse Social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Sistema Financeiro da Habitação. 10. Convênios e consórcios públicos: Formação e regime jurídico dos consórcios públicos. Contrato de programa. Par- ceria público-privada: modalidades, contratos, garantias, licitações, disposições aplicáveis à União. Programa Muni- cipal de Parcerias Público-Privadas. 11. Desenvolvimento urbano e Defesa Civil: Política Nacional de Defesa Civil. Sistema Nacional de Defesa Civil. Transferências de recursos da União, beneficiários, responsabilidades das partes envolvidas. Estados de emergência e de calamidade pública. 12. Meio Ambiente: Política Nacional do Meio Ambi- ente: objetivos, sistema e instrumentos. Unidades de Conservação da Natureza: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; categorias de unidades de conservação; criação, implantação e gestão das unidades de conservação; incentivos, isenções e penalidades; reservas da biosfera. Condutas e atividades lesivas ao meio am- biente: responsabilidades, aplicação da pena, apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime, cooperação internacional para a preservação do meio ambiente. Infrações e sanções administrativas. Proteção da vegetação nativa: normas, princípios, definições, áreas de preservação permanente, áreas de uso res- trito, área de reserva legal, supressão de vegetação para uso alternativo do solo, cadastro ambiental rural, explo- ração florestal, controle da origem dos produtos florestais, proibição do uso de fogo, controle de incêndios, pro- grama de apoio o incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, controle do desmatamento. Coopera- ção entre União, Estados e Municípios na proteção ao meio ambiente: ações administrativas, instrumentos e ações. Impactos Ambientais: estudo e relatórios de impactos ambientais. Licenciamento Ambiental. Licenciamento de projetos de loteamento, construção, ampliação, instalação e funcionamento de atividades que possam causar da- nos ao meio ambiente no Município do Rio de Janeiro. Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambi- entais e o Cadastro Ambiental do Município do Rio de Janeiro. Medidas compensatórias ou mitigadoras relativas aos impactos ambientais irreversíveis ou inevitáveis no Município do Rio de Janeiro. 13. Zoneamento, uso e ocu- pação do solo no Município do Rio de Janeiro. 14. Mobilidade Urbana: Política e Sistema Nacional de Mobilidade Urbana: diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo; direitos dos usuários, atribuições; diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana; instrumentos de apoio à mobilidade urbana.

Consultor Legislativo – Área: Saúde pública e bem-estar social

1. Perfil demográfico, epidemiológico e nutricional da população brasileira. 1.1 Evolução histórica e transição de- mográfica, epidemiológica e nutricional. 1.1.1 Principais resultados do Censo Demográfico 2010 – IBGE de interesse para a saúde. 1.1.2 Principais indicadores demográficos e sua evolução histórica – fertilidade, natalidade, mortali- dade, esperança de vida ao nascer. 1.2 Perfil epidemiológico atual da população brasileira. 1.2.1 Principais indica- dores de saúde e sua evolução histórica – mortalidade geral e específica (principais causas de óbito), mortalidade infantil, mortalidade materna, morbidade e indicadores de oferta de serviços de saúde. 1.3 Estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos. 1.3.1 Principais resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – IBGE de interesse para a saúde. 1.4 Sistemas de informação em saúde. 2. Estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). 2.1 - Bases legais constitucionais. 2.2 Lei 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). 2.3 Lei 8.142, de 1990. 2.4 Financiamento do setor saúde e a Emenda Constitucional 29, de 2000. 2.5 O processo de des- centralização e municipalização. 2.6 Instâncias de deliberação e pactuação. 2.6.1 Comissões intergestores bipartite e tripartite. 2.6.2 Pacto pela Saúde. 2.7 Participação comunitária e controle social. 2.7.1 Conselhos e conferências de saúde. 2.8 Incorporação tecnológica. 2.8.1 Lei 12.401, de 2011 (Assistência terapêutica e incorporação de tec- nologia em saúde). 2.9 Assistência farmacêutica no SUS. 2.9.1 Medicamentos genéricos. 2.10 Política Nacional de



Câmara Municipal de São Gonçalo

Atenção básica. 2.10.1 Estratégia de Saúde da Família. 2.10.2 - Consultórios de Rua. 2.11 Atenção às urgências e emergências. 2.12 Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde. 2.13 - Gestão Estratégica e Participativa no SUS. 2.13.1 - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS. 2.13.2. Implantação de Ouvidorias no SUS. 2.14 - Bases legais municipais do SUS. 2.14.1 - Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Capítulo IV, Seção IV, da Saúde e Higiene. 3. Saúde suplementar. 3.1 Mercado de serviços privados de saúde no Brasil e sua evolução.. 3.2 Planos privados de assistência à saúde e sua regulamentação. 3.2.1 Lei 9.656, de 1998 (Lei dos planos de saúde). 3.2.2 Lei 9.961, de 2000 (Lei de criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS). 4. Controle de doenças e agravos à saúde. 4.1 Situação epidemiológica atual, tendências das principais doenças e agravos à saúde e tecnologias de controle sanitário. 4.1.1 Doenças crônicas não transmissíveis 4.1.1.1 Doenças cardiovasculares. 4.1.1.2 Câncer. 4.1.1.3 Hipertensão arterial. 4.1.1.4 Diabetes. 4.1.1.5 Obesidade. 4.1.2 Doenças infecciosas. 4.1.2.1 Dengue. 4.1.2.2 Tuberculose. 4.1.2.3 Aids. 4.1.2.4 Hepatites. 4.1.2.5 Hanseníase. 4.1.3 Traumas, acidentes e causas externas. 4.2 Programa Nacional de Imunizações. 4.2.1 - Calendário de Vacinações - Portaria 1.498 de 19 de julho de 2013. 5. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços. 5.1 Saúde da criança. 5.1.1 Crescimento e Desenvolvimento da Criança. 5.1.2. Programa Saúde da Criança do Município do Rio de Janeiro. 5.1.3 - Programa Cegonha Carioca. 5.2. Saúde do Adolescente. 5.2.1. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde 5.3. Saúde da mulher. 5.3.1 Rede Cegonha. 5.3.2 - Controle do Câncer de Colo de Útero. 5.3.3. Controle do Câncer de Mama. 5.4 Saúde do homem. 5.4.1 - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. 5.5 Saúde da pessoa idosa. 5.5.1 - Informações sobre serviços e direitos para a pessoa idosa. 5.6 Saúde mental. 5.6.1 Lei 10.216, de 2001 (Reforma psiquiátrica). 5.6.2. Situações de saúde mental comuns na Atenção Básica. 5.6.3 Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (Portaria 3.088 de 23/12/2011). 5.6.4 Programa Nacional de Controle do Tabagismo. 5.7 Saúde dos povos indígenas. 5.7.1 - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 5.8 Saúde bucal. 5.9 Saúde do trabalhador. 5.9.1 Risco e acidentes de trabalho. 5.9.2 Principais doenças ocupacionais. 5.10 Doação e transplante de órgãos. 5.10.1 Lei 9.434, de 1997. 5.10.2 Política Nacional de Transplantes. 6. Vigilância Sanitária. 6.1 Política Nacional de Vigilância em Saúde e Sanitária: competências gerais e específicas. 6.2 Legislação de vigilância em saúde e sanitária (Portaria 1.378 de 9 de julho de 2013). 6.2.1 - Informações para o consumidor - Vigilância Sanitária no Município do Rio de Janeiro 6.3 Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados. 6.3.1 Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados. 6.3.2 Lei 10.205, de 2001.

Leia-se:

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA PROVA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

Cargos: Agente de Segurança Legislativa, Assistente Legislativo, Assistente Técnico Legislativo, Assistente Técnico Legislativo – Área: Fotografia, Assistente Técnico Legislativo – Área: Inspetor de Segurança, Assistente Técnico Legislativo – Área: Sonorização, Assistente Técnico Legislativo – Área: Web Designer.

Conhecimentos Específicos

Disciplina Específica de acordo com a Habilitação

Assistente Técnico Legislativo – Área: Inspetor de Segurança

Direito Administrativo: 1. Regime jurídico administrativo: princípios básicos do Direito Administrativo, princípios fundamentais constitucionais expressos e implícitos da Administração Pública. 2. Organização da Administração: administração direta e indireta; conceito e características; autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista. 3. Atos administrativos: conceito, características e requisitos; elementos; mérito do ato administrativo; atributos do ato administrativo; classificação dos atos administrativos; espécies de atos administrativos; desfazimento do ato administrativo e suas formas de invalidação; convalidação dos atos administrativos; vinculação e discricionariedade. 4. Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso de poder; poder regulamentar, poder de polícia administrativa; poder hierárquico e poder disciplinar. 5. Agentes públicos: classificação dos agentes públicos; organização do serviço público; regimes jurídicos funcionais; órgãos públicos; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; poder disciplinar administrativo dos servidores públicos; sindicância e processo administrativo; estatuto dos funcionários nas Leis nº. 939/2019 e 1166/2020, e, no que couber, na Lei nº 050/1991, e suas alterações. 6. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e classificação das formas de controle; controle



Câmara Municipal de São Gonçalo

exercido pela Administração sobre seus próprios atos: recursos administrativos (legalidade objetiva, oficialidade, informalismo, verdade material, contraditório e ampla defesa); controle legislativo e controle pelos tribunais de contas, fiscalização contábil, financeira e orçamentária na CF/88; controle jurisdicional: meios constitucionais de controle jurisdicional; controle de mérito e de legalidade. **Direito Constitucional.** 1. Constituição. Conceito. Classificação. 2. Princípios fundamentais da Constituição da República: princípios constitucionais, princípios do Estado Brasileiro, princípio democrático e garantia dos direitos fundamentais. 3. Direitos e deveres individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social, direitos constitucionais dos presos e outros. 4. Direitos sociais. 5. Direito da nacionalidade. 6. Direito da cidadania. 7. Garantias constitucionais individuais. Garantias constitucionais dos direitos coletivos, sociais e políticos. 8. Organização do Estado e dos Poderes. Organização político-administrativa da União, dos Estados Federados e dos Municípios. Repartição de competências. 9. Normas constitucionais relativas à Administração Pública e ao servidor público. 10. Organização dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. 11. Controle parlamentar e jurisdicional.

Direito Penal - 1. Normas penais relativas ao servidor público: dos crimes contra a fazenda pública; dos crimes contra as finanças públicas. 2. Lei de Improbidade Administrativa.

Primeiros Socorros - 1. Sinais vitais. 2. Estados de consciência. 3. Traumas abertos e fechados. 4. Sangramentos e hemorragias. 5. Fraturas e traumas músculo-esqueléticos. 6. Parada cardio respiratória. 7. Queimaduras. 8. Corpos estranhos. 9. Traumatismo crânio-encefálico. 10. Intoxicação exógena. 11. Crises convulsivas. 12. Acidentes com animais peçonhentos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA PROVA OBJETIVA - NÍVEL SUPERIOR

Cargos: Analista Legislativo, Analista Legislativo - Especialidade: Administração - Análise Organizacional e Gestão Pública, Analista Legislativo - Especialidade: Arquiteto, Analista Legislativo - Especialidade: Arquivologia, Analista Legislativo - Especialidade: Auditor Interno, Analista Legislativo - Especialidade: Biblioteconomia, Analista Legislativo - Especialidade: Contabilidade, Analista Legislativo - Especialidade: Direito e Advogado, Analista Legislativo - Especialidade: Enfermagem, Analista Legislativo - Especialidade: Engenheiro Civil, Analista Legislativo - Especialidade: Medicina, Analista Legislativo - Especialidade: Orçamento e Finanças, Analista Legislativo - Especialidade: Redação e Revisão, Analista Legislativo - Especialidade: Tecnologia da Informação - Adm. de Serv., Consultor Legislativo, Consultor Legislativo - Área: Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação, Consultor Legislativo - Área: Direito, Consultor Legislativo - Área: Educação e Cultura, Consultor Legislativo - Área: Finanças e Orçamento, Consultor Legislativo - Área: Indústria Comércio e Turismo, Consultor Legislativo - Área: Obras públicas, infraestrutura e Urbanismo, Consultor Legislativo - Área: Saúde pública e bem-estar social.

Conhecimentos Específicos (disciplina específica, de acordo com a habilitação descrita abaixo):

Analista Legislativo - Especialidade: Arquivologia

1. Conceitos: arquivos (origem, histórico, função, classificação e princípios). Os documentos arquivísticos: suas características, natureza, gênero e tipologia. Documentos arquivísticos digitais: definição, forma fixa, conteúdo estável, identidade e integridade. Diplomática: origem, objeto e conceitos; análise diplomática e análise tipológica. Noções de administração de arquivos e serviços de arquivo. Terminologia arquivística. Preservação e conservação preventiva. 2. Legislação: Lei nº 5.433, de 08/05/1968 - Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; Lei nº 8.159, de 08/01/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências (e decretos regulamentares); Lei nº 12.682, de 09/07/2012 - Dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meio eletromagnético; Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 - Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências; Decreto nº 1.799, de 30/01/1996 - Regulamenta a Lei nº 5.433, de 08/05/1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências; Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações. Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados, o acesso aos documentos públicos municipais e dá outras providências. 3. Gestão de documentos: conceitos, objetivos, fases da gestão e ciclo de vida dos documentos; programas de gestão de documentos. Protocolo e sistemas de registro. Classificação: conceitos, princípios, métodos e instrumentos. Avaliação, seleção e destinação de documentos: conceitos, objetivos, instrumentos e procedimentos de destinação (eliminação, transferência e recolhimento). Gestão arquivística de documentos digitais: e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos; procedimentos do sistema de gestão arquivística de documentos digitais e convencionais (captura; avaliação, temporalidade e destinação; pesquisa, localização e apresentação; segurança e armazenamento) e metadados. Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED. Gestão arquivística de correio eletrônico. 4. Arquivos permanentes: conceitos. Arranjo e descrição. Princípios e modelos de arranjo. Normas nacionais e internacionais. Instrumentos de pesquisa. 5. Acesso em: usos e usuários dos arquivos. Promoção dos arquivos. Classificação de documentos quanto ao grau de sigilo. 6. Arquivos e tecnologia: certificação digital. Digitalização. Microfilmagem. Preservação digital: cadeia de preservação, custodiador confiável, requisitos para apoiar a presunção de autenticidade, requisitos para apoiar a produção de cópias autênticas. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos.



Câmara Municipal de São Gonçalo

Analista Legislativo – Especialidade: Orçamento e Finanças

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - O orçamento público: história, evolução e natureza jurídica. Constituição Federal: Título III, Capítulos II a VI, Título IV, Títulos VI a VIII, ADCT. Princípios orçamentários. Receita pública: conceito, classificações, etapas, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificações, etapas. Orçamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base-zero: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório. O ciclo orçamentário ampliado: PPA, LDO e LOA. Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea. Planejamento na Constituição. Integração planejamento-orçamento. Plano Plurianual: caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos. A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. Processo Legislativo orçamentário: Emendamento, discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. Ciclos legislativos orçamentários. Lei Orgânica do Município de São Gonçalo. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. Execução orçamentária e financeira. Descentralização orçamentária e financeira. Transferências constitucionais, legais e voluntárias. Legislação sobre o tema. Decreto 6.170/2007 e suas alterações. Portaria Interministerial 507/2011 e suas alterações. Créditos adicionais. Controle e avaliação da execução orçamentária. Restos a pagar. Reabertura de créditos orçamentários. Superávit financeiro. Apuração dos resultados fiscais nas leis orçamentárias: riscos fiscais, metas fiscais, margem de expansão das despesas obrigatórias, resultado primário. Lei de Responsabilidade Fiscal: relatório de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN; resultado nominal, resultado primário, receita corrente líquida, Despesa de pessoal, despesas de caráter continuado, regra de ouro, alienação de bens, operações de créditos e outros limites e condições da lei. Transferências voluntárias; dívida e endividamento; reserva de contingência; contingenciamento de dotações; gestão patrimonial; transparência, controle e fiscalização; limites constitucionais de gastos com ensino, saúde e legislativo. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Analista Legislativo – Especialidade: Redação e Revisão

1. Texto legislativo. **1.1** Leitura, compreensão, redação e revisão do texto legislativo. **1.2** Aspectos formais da norma legislativa. **1.3** Competência para elaboração da norma. **1.4** Sentido e significado de vocábulos e expressões no contexto. **1.5** Aspectos legais da norma legislativa. **1.6** Pesquisa legislativa. **1.7** Aspectos formais e materiais das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). **2.** Redação e revisão de discursos. **2.1** Aspectos técnicos e jurídicos. **3.** Redação e revisão de atas de sessões plenárias, de audiências públicas e de reuniões das comissões permanentes e temporárias. **3.1** Ordem do dia e seu acompanhamento. **3.2** Correção, clareza, precisão, concisão. **3.3** Métodos indutivo e dedutivo; indução. **3.4** Maniqueísmo. **3.5** Sofismas. **3.6** Estilística. **3.7** Dialética. **3.8** Ética na elaboração do texto. **4.** Os âmbitos da argumentação. **4.1** Orador e auditório. **4.2** Persuadir e convencer. **4.3** Os efeitos da argumentação. **4.4** O gênero epidíctico. **4.5** O ponto de partida da argumentação. **4.6** A interpretação do discurso e seus problemas. **4.7** As técnicas argumentativas. **5.** Noções de Linguística. **5.1** Noções de teoria do signo linguístico. **5.2** Linguagem, língua e fala. **5.3** Significante e significado; significação. **5.4** Arbitrariedade e motivação; linearidade. **5.5** Referente, referência, representação, sentido. **5.6** Denotação e conotação. **5.7** A teoria da enunciação e a produção do texto escrito. **5.8** Enunciação e enunciado. **6.** Ética profissional. **7.** O processo legislativo. **7.1** Comissões permanentes e temporárias. **8.** Lei Orgânica do Município de São Gonçalo. **9.** O Poder Legislativo Municipal. **10.** Sociedade, ordem social e ordem jurídica. **11.** O Município.

Consultor Legislativo

Direito Penal e Direito Processual Penal - Direito Penal: Princípios aplicáveis ao Direito Penal. Interpretação da Lei Penal. Analogia. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. Crime: classificação, espécies e teorias. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade, superveniência de causa independente e relevância da omissão. Do crime consumado e tentado. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Dos crimes dolosos, culposos e preterdolosos. Agravação pelo resultado. Erro: espécie de erros e consequências. Concurso de pessoas. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude. Culpabilidade: teorias, elementos e causas de exclusão. Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução. Medidas de segurança. Concurso de crimes. Efeitos da condenação. Ação Penal. Causas de extinção da punibilidade. Crimes em espécie: contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública. Lei nº 8.072/1990. Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura). Lei nº 12.850/13 (crime organizado). Lei nº 9.503/97 (crimes de trânsito). Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas). Lei nº 13.869/19 (abuso de autoridade). Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento). Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Direito Processual Penal: princípios processuais penais. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. Do Processo em Geral. Aplicação e interpretação da lei processual penal. Do inquérito policial. Da Ação Penal. Denúncia e queixa. Ações penais públicas e privadas e suas características. Atos processuais – forma, lugar, tempo (prazos e respectiva contagem). Citações, notificações e intimações. Mandados. Competência – conceito, competência (por distribuição, conexão, continência, compensação, suspeição, prevenção – hipóteses de ocorrência). Foro por prerrogativa de função. Competência dos Tribunais Superiores. Questões e Processos Incidentes. Da Prova. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Impedimentos e suspeições. Prisões, medidas cautelares e liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89). Despachos, decisões e sentença. Dos processos em espécie: procedimento comum, procedimento de processos de



Câmara Municipal de São Gonçalo

competência do Tribunal do Júri, procedimento previsto na Lei nº 11.340/06, procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 e procedimento previsto na Lei nº 11.343/06. Processo e Julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Das nulidades e recursos em geral. Ações autônomas. Habeas corpus – conceito, espécies, distribuição no horário de expediente e no plantão. Revisão criminal. Execução. Lei nº 12.850/13.

Consultor Legislativo – Área: Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação

1. Ciência e Tecnologia. 1.1. Política nacional de ciência e tecnologia. 1.2. Desenvolvimento e organização institucional do setor no Brasil. 1.2.1. Órgãos federais e estaduais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. 1.2.2. Planejamento e gestão em ciência e tecnologia: modelos e paradigmas. 1.3. Financiamento da ciência e tecnologia no Brasil: investimentos diretos públicos e privados, incentivos fiscais e fundos setoriais. 1.4. Programas e ações governamentais em energia nuclear, biotecnologia, química e mecânica finas, microeletrônica, pesquisa e tecnologia espaciais, tecnologia industrial, novos materiais e outros setores estratégicos. 1.5. Política de formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. 1.6. Programas de apoio à inventividade e à criatividade. 1.6.1. Política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. 1.6.2. Programas e ações de promoção da inovação tecnológica: cooperação universidade-empresa, incubadoras de empresas. 1.7. Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia num ambiente de globalização. 1.7.1. Planos nacionais de pós-graduação. 1.7.2. Pesquisa científica em instituições de ensino superior. 1.7.3. Propriedade industrial e intelectual. 1.8. Mecanismos internacionais de transferência de tecnologia, investimentos em C&T realizados por países industrializados e por países da América Latina. 1.9. Progresso tecnológico e expansão econômica. 1.10. Acordos de cooperação científica e tecnológica com outros países e com organismos internacionais. 1.11. Princípios e conceitos éticos em ciência e tecnologia. 1.12. Desenvolvimento científico e tecnológico na perspectiva de satisfação das necessidades sociais. 1.13. Plano Diretor de informática. Planejamento Estratégico. 2. Tecnologias e Internet. 2.1. Tecnologias da Informação. 2.2. Internet X Intranet X Extranet X VPN. 2.2.1. Estrutura de Governança global da Internet: Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN, World Summit on the Information Society – WSIS, Internet Governance Forum – IGF, União Internacional de Telecomunicações – UIT. 2.2.2. Organização da Internet no Brasil. 2.2.3. Aspectos jurídicos: princípios de governança, classificação dos serviços, direitos e obrigações dos provedores e usuários. 2.2.4. Aspectos institucionais: Comitê Gestor da Internet no Brasil e órgãos auxiliares. 2.2.5. Políticas públicas propostas: o marco civil da Internet, fomento à inovação tecnológica. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2.2.6. Exploração. 2.2.7. Infraestrutura para provimento de acesso: cenário atual. 2.2.8. Estrutura do mercado. 2.2.9. Demanda. 2.2.10. Principais serviços e tecnologias. 2.2.11. Financiamento. 2.2.12. Temas Gerais. 2.2.13. Neutralidade de rede. 2.2.14. Comércio eletrônico. 2.2.15. Propriedade intelectual e Direito Autoral. 2.2.16. Segurança. 2.2.17. Tributação e o Sistema Público de Escrituração Digital. 2.2.18. Crimes. 2.2.19. Outsourcing. 2.2.20. Redes Sociais. 2.2.21. Wikis. 2.2.22. Política e Eleições. 2.3. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). 2.3.1. A economia das funções estruturantes das TIC (armazenamento, processamento e transporte da informação). 2.3.2. Princípios de Governança de TI (custo de propriedade, desempenho, segurança, interoperabilidade, usabilidade, etc.). 2.3.3. Gestão de TI. 2.3.4. Desenvolvimento e padronização: processo e fóruns nacionais de padronização e participação brasileira nos fóruns globais; principais obstáculos à inovação em TICs e os desafios da escala e do acesso ao mercado externo; a utilização do mercado interno de TIC nas negociações comerciais com outros países. 2.3.5. Tecnologias dominantes e principais tendências: cloud computing, IPTV, VoIP, SaaS, FTTx, certificação digital, e-gov, e-commerce, e-learning, mobile payment, Gestão Eletrônica de Documentos (GED), entre outras. 2.3.6. Web2.0 e Web 3.0. 2.3.7. W3C. 3. Comunicações. 3.1. As comunicações na ordem constitucional: radiodifusão, telecomunicações e mídia Comunicações. 3.2. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). 3.3. Ordenamento legal. 3.3.1. Lei 4.117, de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). 3.3.2. Lei 8.389, de 1991 (Lei do Conselho de Comunicação Social). 3.3.3. Lei 8.977, de 1995 (Lei de TV a Cabo). 3.3.4. Emenda Constitucional 8, de 1995. 3.3.5. Lei 9.472, de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações). 3.3.6. Lei 9.612, de 1998 (Lei de Radiodifusão Comunitária). 3.3.7. Lei 10.610, de 2002 (Lei da Participação do Capital Estrangeiro na Radiodifusão e na Mídia Impressa). 3.3.8. Lei 11.652, de 2008 (Lei da Empresa Brasil de Comunicação). 3.3.9. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 3.4. Ordenamento infralegal. 3.4.1. Decreto 5.820, de 2006 (TV Digital). 3.4.2. Decreto 6.654, de 2008 (Plano Geral de Outorgas). 3.4.3. Decreto 9.612, de 2018 (Plano Nacional de Banda Larga). 3.4.4. Decreto 9.619, de 2018 (Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo comutado prestado no Regime Público - PGMU). 3.4.5. Regulamentação específica dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações. 3.5. Fundos Setoriais. 3.5.1. Organização e arrecadação dos fundos setoriais. 3.6. Ordenamento legal. 3.6.1. Lei 5.070, de 1966 (FISTEL). 3.6.2. Lei 9.998, de 2000 (FUST). 3.6.3. Lei 10.052, de 2000 (FUNTTEL). 3.7. Legislação comparada: Europa e Estados Unidos. 3.8. Audiovisual. 3.8.1. Políticas do audiovisual no Brasil: histórico e cenário atual. 3.8.2. Organização institucional. 3.8.2.1. Ministério da Cultura. 3.8.2.2. Agência Nacional do Cinema (ANCINE). 3.8.3. Ordenamento legal. 3.8.3.1. Medida Provisória 2.228-1, de 2001 (MP da Ancine). 3.8.3.2. Lei 11.437, de 2006 (Lei que altera a destinação da Condecine). 3.8.3.3. Lei 12.485, de 2011 (Lei do Serviço de Acesso Condicionado). 4. Informática. Conceitos. 4.1. Hardware X Software. Grid Computing. Cloud Computing. DataCenter. 4.1.1. Sistemas Operacionais Windows e Linux. 4.2. Redes de Computadores. 4.3. MSOffice 2010/2013/2016/2019 BR. 4.4. Sistemas de Informação. 4.5. Bancos de Dados. 4.6. Teoria da Computação X Estruturas de Dados X Programação X Linguagens X Ambientes de Desenvolvimento. 4.7. Projeto, Análise e Desenvolvimento de Sistemas X Metodologias. 4.8. Auditoria de Sistemas. 4.9. Gerência de Projetos. 4.9.1. Governança de TI. 4.9.2. PMI/PMBOK. 4.9.3. CobiT. 4.9.4. ITIL. 4.10. Qualidade de Software. 4.11. Sistemas de Apoio à Decisão. 4.12. ERP. 4.13. Inteligência Artificial. 4.14. Segurança da informação, de dados, de sistemas, de equipamentos, de redes e da internet. 4.15. Engenharia de Software. 4.16. Infraestrutura de TI e Sistemas de Suporte. 4.17. Gerenciamento de dados, texto e documentos. 4.18. Gerenciamento e Mobilidade de Redes. 4.19. Sistemas de Informação Corporativos. 4.20. Business Intelligence e Suporte à Decisão. 4.21. Sistema de Planejamento e Controle Operacionais. 4.22. Gestão de Processos de Negócio



Câmara Municipal de São Gonçalo

e Desenvolvimento de Sistemas. 4.23. Como as empresas usam os sistemas de informação. 4.24. Ecologia Global, Ética e Responsabilidade Social. 4.25. Conquistando Vantagem Competitiva com os Sistemas de Informação. 4.26. Fundamentos da Inteligência de Negócios: Gerenciamento da Informação e de Banco de Dados. 4.27. Telecomunicações, Internet e Tecnologia sem fio. 4.28. Principais Aplicações de Sistemas para a era Digital: Aplicativos integrados e comércio eletrônico. 4.29. Tomada de Decisão e a Gestão do Conhecimento. 4.30. Como desenvolver e gerenciar Sistemas de Informação. 4.31. Computação Gráfica. 5. Legislação. 5.1. Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 (Normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências) e atualizações posteriores. 6. Constituição da República Federativa do Brasil: TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL, CAPÍTULO I – DISPOSIÇÃO GERAL (art. 193), CAPÍTULO IV - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (arts. 218 e 219), CAPÍTULO V – DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (arts. 220 a 224).

Consultor Legislativo – Área: Educação e Cultura

I- Educação 1. Fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos da educação. 1.1 Evolução da educação escolar brasileira. 1.2 O pensamento educacional e pedagógico brasileiro. 2 A educação como direito de todos e dever do Estado e da família. 2.1 Educação escolar obrigatória. 2.2 Normas nacionais e federais sobre educação. 3. Níveis, etapas e modalidades de ensino: estrutura e funcionamento. 3.1 Educação infantil. 3.2 Ensino fundamental. 3.3 Ensino médio. 3.4 Educação de jovens e adultos. 3.5 Educação superior. 3.6 Educação profissional. 3.7 Educação especial. 3.8 Educação indígena. 3.9 Educação afro-brasileira. 3.10 Educação a distância e tecnologias educacionais. 3.11 Educação no campo 4. Legislação e Planejamento educacional. 4.1 O Plano Nacional de Educação. 4.2 Políticas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 4.3 Interseções das políticas de educação federal, estadual e municipal 5. Políticas de qualificação da educação. 5.1 Financiamento. 5.2 Sistemas de avaliação da educação básica e da educação superior. 6. Questões contemporâneas da educação brasileira. 6.1 Educação e diversidade. 6.2. Educação em tempo integral. 6.3 Formação inicial e continuada dos profissionais da educação: saberes, tempos e lugares. 6.4 Remuneração dos profissionais da educação. 6.5 Violência nas escolas. II- Cultura 1. Cultura. 1.1. Cultura, bens, valores e patrimônio cultural. 1.1.1. Bens culturais materiais e imateriais. 1.1.2. Registro e ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. 1.1.3. Formas de expressão cultural. 1.1.4. Desenvolvimento cultural. 1.1.5. Exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. 1.1.6. Multiculturalismo e identidade nacional. 1.1.7. Preservação e proteção de culturas populares. 1.1.8. Promoção do patrimônio cultural brasileiro. 1.1.9. Produção cultural e conhecimento cultural. 1.2. Proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos. 1.2.1. Sítios arqueológicos. 1.2.2. Bibliotecas, arquivos e museus. 1.2.3. Tombamento de documentos e sítios históricos. 1.2.4. Danos e ameaças ao patrimônio cultural. 1.2.5. Defesa contra evasão, destruição e descaracterização dos patrimônios histórico, cultural, artístico e científico. 1.2.6. Gestão da documentação governamental. 1.2.7. Patrimônio artístico, científico, histórico, arquitetônico, geográfico, arqueológico, paleontológico e espeleológico. 1.2.8. Cavidades naturais. 1.2.9. Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. 1.2.10. Conjuntos urbanos e sítios. 1.3 Instituições culturais. 1.3.1. Organização administrativa do sistema de cultura. 1.3.2. Política cultural e ações governamentais. 1.3.3. Normas gerais sobre cultura. 1.3.4. Competência legislativa da União, dos Estados e do Distrito Federal. 1.3.5. Sistema Nacional de Cultura (SNC). Plano Nacional de Cultura. 1.4. Incentivo à produção e ao conhecimento de bens e valores culturais. 1.4.1. Incentivo fiscal às atividades culturais. 1.4.2. Incentivos e apoio à cultura. 1.4.3. Apoio a projetos e atividades culturais. 1.4.4. Políticas de valorização da diversidade étnica e cultural. 1.4.5. Política Nacional de Museus. 1.5. Criações artísticas. 1.5.1. Criações científicas, artísticas e tecnológicas. 1.5.2. Manifestações artístico-culturais. 1.5.3. Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artístico-culturais. 1.6. Fomento à atividade audiovisual

Consultor Legislativo – Área: Industria Comercio e Turismo

1. Microeconomia. 1.1 Teoria do Consumidor, demanda individual e demanda de mercado. Elasticidades-preço, efeitos renda e substituição. 1.2 Teoria da Firma: função de produção; produtividade média e marginal; lei dos rendimentos decrescentes e rendimentos de escala; custos de produção no curto e longo prazo; custos totais, médios, marginais, fixos e variáveis. 1.3 Estruturas de Mercado. Maximização de lucros e oferta competitiva. Monopólio. Oligopólio e escolhas estratégicas. Ponto de equilíbrio da firma no curto e no longo prazo. Falhas de mercado. Regulação e defesa da concorrência 1.4 Aplicações da análise microeconômica em políticas públicas: preço mínimo, impostos e subsídios. Incidência de um imposto e elasticidades-preço da oferta e da demanda. 1.5 Mercado de Trabalho: conceitos, definições, funcionamento e estatísticas básicas para o Brasil. 1.6 Economia industrial. Empresas, mercados indústrias, cadeias e complexos industriais. Economia de escala e escopo. Barreiras à entrada. Estratégias de inovação. Política industrial. Fontes de informação sobre a indústria brasileira. 1.7 Bens públicos. Externalidades. 1.8 Desigualdade econômica. 2. Macroeconomia. 2.1 Contabilidade social: Noções básicas e contas nacionais no Brasil. 2.2 Os mercados de bens e financeiros, IS/LM. Oferta e demanda agregada. Economia aberta, regimes cambiais, determinação da renda. Impactos das políticas fiscal e monetária sobre o produto e nível de preço. Comércio internacional. 3. Tópicos de Economia Brasileira: Desenvolvimento brasileiro no pós-guerra: Plano de metas. PAEG. Milagre econômico. II PND. A crise da dívida externa na década de 1980. Planos heterodoxos. Abertura comercial e financeira, privatização e desindexação. Plano Real, estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos. Economia brasileira pós-estabilização. 4. Definição e classificação das atividades econômicas do turismo. Estrutura das Atividades Características do Turismo

Consultor Legislativo – Área: Meio ambiente.

Noções gerais de Botânica. Biomas. Ecossistemas aquáticos. Poluição e seus efeitos: tipos de poluição; bioindicadores de poluição; Bacia hidrográfica. Qualidade físico-química da água. Comunidades aquáticas. Biodiversidade e



Câmara Municipal de São Gonçalo

Conservação. Impacto sobre os solos, sobre fauna e flora, sobre a água e ar. Noções gerais de Ecologia. Ecologia de Ecossistemas. Problemas ambientais. Avaliação de impacto, medidas mitigadoras, alternativas tecnológicas disponíveis, dimensionamento de sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Medidas mitigadoras para a implantação e operação de sistemas de infraestrutura de saneamento. Educação ambiental. Ecologia florestal. Caracterização ambiental dos biomas brasileiros. Análise de vegetação. Recuperação de áreas degradadas. Desenvolvimento sustentável. Estudo de diversidade. Aspectos legais e institucionais do meio ambiente. Avaliação de impactos ambientais. Programas de reciclagem e minimização da geração de resíduos. Organismos governamentais e legislação ambiental. A Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Política Nacional de Saneamento Básico. Estudo de impactos ambientais (EIA). Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). A legislação Ambiental no Brasil. As Metodologias do EIA/RIMA. O gerenciamento ambiental; zoneamento econômico ecológico, licenciamento e monitoramento. Licenciamento ambiental. Planejamento e gestão ambiental. Sistemas de gestão ambiental. Gestão de Risco Ambiental. Planos diretores de desenvolvimento. Biodiversidade e florestas. Normas e regulamentos dos planos de manejo. Influência das florestas no regime dos rios. Influência e efeitos do manejo de bacias hidrográficas no controle de enchentes. Gestão ambiental. Política e legislação ambiental. Aspectos socioeconômicos e ambientais da ocupação dos biomas fluminenses. Política de desenvolvimento florestal. Zoneamento ambiental. Estudos ambientais: tipos e aplicações. Extensão florestal. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Agenda 21. Planejamento territorial, vocação e uso do solo. Gestão, conservação e manejo de recursos naturais. Gestão e manejo em unidades de conservação. Biopirataria e tráfico de animais silvestres. Gestão de Bacia Hidrográfica. Manejo da água. Hidrologia e hidráulica aplicadas à agricultura. Irrigação e drenagem para fins agrícolas. Controle da poluição; Operações e processos unitários de tratamento de águas residuárias; Tecnologias e sistemas de tratamento de águas residuárias. Planejamento dos recursos naturais; Modelos de gerenciamento de bacias hidrográficas; Fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos; Conceituação dos aspectos legais; Outorga e Cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos; Precificação da água; Sistemas de Suporte a Decisão nos problemas hídricos; Funções de demanda de água; Otimização de usos múltiplos dos recursos hídricos. Desenvolvimento Econômico e Ambiental Relacionado aos Recursos Hídricos; A água como Elemento Mobilizador da Sociedade para Implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos; Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; Aspectos Sociais e Culturais dos Comitês Federais de Bacia Hidrográficas; Cidadania, Meio Ambiente e Recursos Naturais; Atribuições, competências e atuação normativa dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e dos demais órgãos da administração pública federal que atuam na área ambiental. Geoprocessamento. Geoposicionamento. Cartografia. Política Nacional de Meio Ambiente: sistemas de meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental- Matriz energética brasileira; Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho; Equipamentos de Proteção Individual – EPI. O ambiente e as doenças do trabalho; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRa; gestão de Segurança e Saúde do Trabalho; atividades insalubres e perigosas; legislação e normas técnicas de Segurança do Trabalho; Prevenção e Controle de Riscos no Ambiente do Trabalho. Noções sobre manuseio e segurança com produtos químicos e sistemas de gestão de qualidade. Noções básicas de Engenharia Ambiental, Estatística e Normas Técnicas de Legislação Ambiental; Fontes e controle de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos; monitoramento e tecnologias de tratamento; Qualidade da água de reservatórios e rios - características físico-químicas. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas. Tratamento de efluentes industriais. Potencial e limitações do reuso da água. Conflitos entre os principais atores e forças no cenário nacional: grupos econômicos, sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONG), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), instituições de ensino superior e institutos de pesquisa. Acordos internacionais: aspectos técnicos e políticos, posições brasileiras e dos principais atores, situação das negociações. Questões ambientais globais: mudanças climáticas, diversidade biológica, florestas, desertificação, desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e defesa civil. Tecnologias para previsão e prevenção de desastres naturais. Legislação Ambiental: Constituição Federal e Meio Ambiente; Principais leis federais/ estaduais sobre meio ambiente. Normatização: CONAMA e INEA. Legislação Ambiental: Conceitos, Importância e Aplicações. Política Nacional de Meio Ambiente. Crimes Ambientais. Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Aplicações da Lei de Licenciamento Ambiental. Gestão ambiental na Indústria do Petróleo e gás. Conceitos básicos do Código Florestal Brasileiro. Instrumentos e Legislação aplicada à Química Industrial – Camada de Ozônio /Plano Diretor / Zoneamento Industrial / Resíduos Perigosos. Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos – Qualidade da Água/Recursos hídricos/ Qualidade do ar/ Legislação de agrotóxicos/ Legislação da energia nuclear/. Estudo Crítico de Legislação Aplicada à Química Industrial. Legislação e normas administrativas aplicada à engenharia química e aos processos industriais. Responsabilidade Social Corporativa. Ética Social. Gestão Social e Auditorias Sociais. Políticas de desenvolvimento e sustentabilidade. Indicadores de desenvolvimento sustentável (IDH, Dow Jones, Ethos, entre outros). O pacto global. As empresas e a inovação. Sistema ISO/ABNT aplicado à gestão ambiental.

Consultor Legislativo – Área: Obras públicas, infraestrutura e Urbanismo

1. Direito urbanístico: Elementos, princípios e institutos fundamentais. 2. Política urbana da Constituição e competência dos entes federativos: Gestão associada de serviços públicos. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Função social da propriedade urbana. Plano diretor. Proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. 3. Parcelamento do solo urbano: Conceitos de lote e gleba. Áreas de risco. Áreas de proteção permanente em zona urbana. Requisitos urbanísticos e de infraestrutura para loteamento e desmembramento. Elaboração e aprovação de projeto de loteamento e desmembramento. Reparcelamento. Abertura de logradouros. Licenciamento em áreas de risco. 4. Diretrizes e instrumentos de política urbana: Estatuto da Cidade: Instrumentos de política urbana; Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; Desapropriação; Desapropriação com pagamento em títulos; Usucapião especial de imóvel urbano; Direito de preempção; Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;



Câmara Municipal de São Gonçalo

Operações urbanas consorciadas; Transferência do direito de construir; Estudo de impacto de vizinhança; Plano diretor; conteúdo, obrigatoriedade e processo de elaboração. Desenvolvimento urbano e regional.. 5. Regularização fundiária de assentamentos urbanos: Projeto de regularização. Regularização de interesse social e de interesse específico. Usucapião urbano. Concessão de direito real de uso. Concessão de uso especial. 6. Acessibilidade urbana de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. 7. Diretrizes nacionais para o saneamento básico: Princípios. Planejamento. Titularidade. Aspectos econômicos, sociais e técnicos. Política federal. Prestação regionalizada de serviço. Resíduos sólidos: Diretrizes, planos e responsabilidades. Responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos e do poder público, coleta seletiva, logística reversa; Diretrizes aplicáveis à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; Planos de resíduos sólidos; Resíduos perigosos. Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Instrumentos Econômicos. Resíduos Sólidos da Construção Civil: classificação, instrumentos, destinação, planos de gerenciamento, diretrizes e procedimento para gestão dos resíduos. Resíduos Sólidos Industriais: geradores, inventário nacional de resíduos sólidos industriais. 9. Política Nacional de Habitação: Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Sistema Financeiro da Habitação. 10. Convênios e consórcios públicos: Formação e regime jurídico dos consórcios públicos. Contrato de programa. Parceria público privada: modalidades, contratos, garantias, licitações, disposições aplicáveis à União. Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas. 11. Desenvolvimento urbano e Defesa Civil: Política Nacional de Defesa Civil. Sistema Nacional de Defesa Civil. Transferências de recursos da União, beneficiários, responsabilidades das partes envolvidas. Estados de emergência e de calamidade pública. 12. Meio Ambiente: Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos, sistema e instrumentos. Unidades de Conservação da Natureza: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; categorias de unidades de conservação; criação, implantação e gestão das unidades de conservação; incentivos, isenções e penalidades; reservas da biosfera. Condutas e atividades lesivas ao meio ambiente: responsabilidades, aplicação da pena, apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime, cooperação internacional para a preservação do meio ambiente. Infrações e sanções administrativas. Proteção da vegetação nativa: normas, princípios, definições, áreas de preservação permanente, áreas de uso restrito, área de reserva legal, supressão de vegetação para uso alternativo do solo, cadastro ambiental rural, exploração florestal, controle da origem dos produtos florestais, proibição do uso de fogo, controle de incêndios, programa de apoio o incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, controle do desmatamento. Cooperação entre União, Estados e Municípios na proteção ao meio ambiente: ações administrativas, instrumentos e ações. 13. Mobilidade Urbana: Política e Sistema Nacional de Mobilidade Urbana: diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo; direitos dos usuários, atribuições; diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana; instrumentos de apoio à mobilidade urbana.

Consultor Legislativo – Área: Saúde pública e bem-estar social

1. Perfil demográfico, epidemiológico e nutricional da população brasileira. 1.1 Evolução histórica e transição demográfica, epidemiológica e nutricional. 1.1.1 Principais resultados do Censo Demográfico 2010 – IBGE de interesse para a saúde. 1.1.2 Principais indicadores demográficos e sua evolução histórica – fertilidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida ao nascer. 1.2 Perfil epidemiológico atual da população brasileira. 1.2.1 Principais indicadores de saúde e sua evolução histórica – mortalidade geral e específica (principais causas de óbito), mortalidade infantil, mortalidade materna, morbidade e indicadores de oferta de serviços de saúde. 1.3 Estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos. 1.3.1 Principais resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – IBGE de interesse para a saúde. 1.4 Sistemas de informação em saúde. 2. Estrutura e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). 2.1 - Bases legais constitucionais. 2.2 Lei 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). 2.3 Lei 8.142, de 1990. 2.4 Financiamento do setor saúde e a Emenda Constitucional 29, de 2000. 2.5 O processo de descentralização e municipalização. 2.6 Instâncias de deliberação e pactuação. 2.6.1 Comissões intergestores bipartite e tripartite. 2.6.2 Pacto pela Saúde. 2.7 Participação comunitária e controle social. 2.7.1 Conselhos e conferências de saúde. 2.8 Incorporação tecnológica. 2.8.1 Lei 12.401, de 2011 (Assistência terapêutica e incorporação de tecnologia em saúde). 2.9 Assistência farmacêutica no SUS. 2.9.1 Medicamentos genéricos. 2.10 Política Nacional de Atenção básica. 2.10.1 Estratégia de Saúde da Família. 2.10.2 - Consultórios de Rua. 2.11 Atenção às urgências e emergências. 2.12 Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde. 2.13 - Gestão Estratégica e Participativa no SUS. 2.13.1 - Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - Participa SUS. 2.13.2. Implantação de Ouvidorias no SUS. 2.14 - Bases legais municipais do SUS. 2.14.1 - Lei Orgânica do Município de São Gonçalo. 3. Saúde suplementar. 3.1 Mercado de serviços privados de saúde no Brasil e sua evolução.. 3.2 Planos privados de assistência à saúde e sua regulamentação. 3.2.1 Lei 9.656, de 1998 (Lei dos planos de saúde). 3.2.2 Lei 9.961, de 2000 (Lei de criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS). 4. Controle de doenças e agravos à saúde. 4.1 Situação epidemiológica atual, tendências das principais doenças e agravos à saúde e tecnologias de controle sanitário. 4.1.1 Doenças crônicas não transmissíveis 4.1.1.1 Doenças cardiovasculares. 4.1.1.2 Câncer. 4.1.1.3 Hipertensão arterial. 4.1.1.4 Diabetes. 4.1.1.5 Obesidade. 4.1.2 Doenças infecciosas. 4.1.2.1 Dengue. 4.1.2.2 Tuberculose. 4.1.2.3 Aids. 4.1.2.4 Hepatites. 4.1.2.5 Hanseníase. 4.1.3 Traumas, acidentes e causas externas. 4.2 Programa Nacional de Imunizações. 4.2.1 - Calendário de Vacinações - Portaria 1.498 de 19 de julho de 2013. 5. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços. 5.1 Saúde da criança. 5.1.1 Crescimento e Desenvolvimento da Criança. Saúde do Adolescente. 5.2.1. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde 5.3. Saúde da mulher. 5.3.1 - Controle do Câncer de Colo de Útero. 5.3.2. Controle do Câncer de Mama. 5.3 Saúde do homem. 5.3.1 - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. 5.4 Saúde da pessoa idosa. 5.4.1 - Informações sobre serviços e direitos para a pessoa idosa. 5.5 Saúde mental. 5.5.1 Lei 10.216, de 2001 (Reforma psiquiátrica). 5.5.2. Situações de saúde mental comuns na Atenção Básica. 5.5.3 Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas



Câmara Municipal de São Gonçalo

(Portaria 3.088 de 23/12/2011). 5.5.4 Programa Nacional de Controle do Tabagismo. 5.6 Saúde dos povos indígenas. 5.6.1 - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 5.7 Saúde bucal. 5.8 Saúde do trabalhador. 5.8.1 Risco e acidentes de trabalho. 5.8.2 Principais doenças ocupacionais. 5.9 Doação e transplante de órgãos. 5.9.1 Lei 9.434, de 1997. 5.9.2 Política Nacional de Transplantes. 6. Vigilância Sanitária. 6.1 Política Nacional de Vigilância em Saúde e Sanitária: competências gerais e específicas. 6.2 Legislação de vigilância em saúde e sanitária (Portaria 1.378 de 9 de julho de 2013. 6.3 Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados. 6.3.1 Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados. 6.3.2 Lei 10.205, de 2001.

Mantendo-se inalterados os itens e subitens do Edital que não sofreram alterações por esta retificação.

São Gonçalo, 13 de janeiro de 2021.

ALÉCIO BREDAS DIAS

Lecinho

- Presidente -
